RESOLUÇÃO SEPLAG Nº. 079, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2006

Dispõe sobre pagamento de Seguro DPVAT – Seguro Contra Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre dos veículos oficiais pertencentes à Administração Direta, Autarquias e Fundações criadas ou mantidas pelo Estado.

O SECRETARIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO no uso de suas atribuições e considerando:

1. O dever de que o veículo somente poderá estar em uso, se devidamente regularizado, cumprindo as normas legais pertinentes;
2. a necessidade de unificar datas para pagamento do Seguro DPVAT – Seguro Obrigatório;
3. a necessidade de normatizar o pagamento do Seguro Contra Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT – dos veículos oficiais pertencentes à Administração Direta, Autarquias e Fundações criadas ou mantidas pelo Estado, em obediência ao que determina o Art. 20, "I", do Decreto Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966,
4. o disposto na Resolução CNSP/109/2004 da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP,
5. a Nota Jurídica nº 931, expedida pela Advocacia Geral do Estado em 1º de setembro de 2005.
6. o Parecer AJ -1520.6.07.08.029.06 expedido pela Auditoria Geral do Estado em 14 de agosto de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - O Seguro Contra Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT – dos veículos oficiais pertencentes à Administração Direta, Autarquias e Fundações será quitado até o último dia útil do mês de março de cada ano.

Art. 2º - O pagamento do seguro obrigatório – DPVAT – realizar-se-á junto ao Convênio, administrado pela Federação Nacional das Empresas de Seguro Privado e de Capitalização – FENASEG – sob supervisão da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP – conforme Resolução CNSP/109/2004, em seus arts. 05, 24, 34 e 41.

Art.3º - Caberá ao Diretor da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças ou equivalente promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento desta Resolução.

PARÁGRAFO ÚNICO – O auditor setorial ou seccional acompanhará o cumprimento destas ações garantindo sua plena execução.

Art.4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA
Secretario de Estado de Planejamento e Gestão